

Jerônimo de Albuquerque e o comando da força naval contra os franceses no Maranhão

Armando de Senna Bittencourt

Vice-Almirante (EN-Ref^e), graduado em Ciências Navais pela Escola Naval, em Engenharia Naval pela Universidade de São Paulo e mestre em Arquitetura Naval pela Universidade de Londres. É autor de diversos artigos publicados em livros sobre História. Atualmente é sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e sócio correspondente de institutos de História no exterior. É o Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha e Vice-Presidente do Comitê Internacional dos Museus e das Coleções de Armas e de História Militar (ICOMAM) e do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

Marcello José Gomes Loureiro

Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Concluiu os Cursos de Especialização em História Militar Brasileira (UNIRIO) e em História do Brasil (UFF); é bacharel e licenciado em História (UERJ) e bacharel pela Escola Naval, com habilitação em Administração.

Renato Jorge Paranhos Restier Junior

Historiador e mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Primeiro-Tenente do Quadro Técnico Temporário da Marinha, Encarregado da Divisão de Pesquisas Históricas da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Sócio Honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB – e pesquisador associado do Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais – LEDDES/UERJ.

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória de Jerônimo de Albuquerque, que comandou uma força naval contra os franceses que se instalaram no Maranhão em 1612, liderados por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière.

PALAVRAS-CHAVE: Jerônimo de Albuquerque, conquista do norte, Antigo Regime

ABSTRACT

This paper analyzes the history of Jerônimo de Albuquerque, who commanded a naval force against the French who occupied Maranhão in 1612, led by Daniel de La Touche, Lord of La Ravardière.

KEYWORDS: Jerônimo de Albuquerque, conquest of the north, Ancien Regime

O braço invicto vejo com que amansa
A dura cerviz bárbara insolente,
Instruindo na Fé, dando esperança
Do bem que sempre dura e é presente;
Eu vejo c`o rigor da tesa lança
Acossar o Francês, impaciente
De lhe ver alcançar uma vitória
Tão capaz e tão digna de memória.¹

¹ Cf. TEIXEIRA, Bento. *Prosopopeia*, estrofe XXVIII, 1601. Bento Teixeira é considerado o primeiro escritor barroco da língua portuguesa.

Estes versos de Bento Teixeira, escritos em 1601, apresentam dois enormes desafios aos portugueses que iniciavam a ocupação e conquista do Norte do futuro Brasil na virada do século XVI para o XVII. Primeiro, era preciso “amansar” a população indígena, “bárbara e insolente”, a partir de sua cristianização. Em segundo lugar, fazia-se necessário “acossar o francês”, “com o rigor da tesa lança”, expulsando-o da região. Para realização dessas duas tarefas, o envolvimento dos pioneiros da família Albuquerque foi fundamental.

Um de seus membros mais notórios foi Jerônimo de Albuquerque (1548-1618), que depois juntou Maranhão a seu sobrenome. Nascido no Brasil, era filho do português de mesmo nome e da índia tupi batizada como Maria do Espírito Santo Arcoverde.

Seu pai, também Jerônimo de Albuquerque, chegou ao Brasil em 1535, com a irmã, que era a esposa de Duarte Coelho, o donatário da capitania de Pernambuco. Auxiliou o cunhado, enquanto ele estabelecia as bases de sua propriedade, fundando Igarapé e Olinda. Substituiu-o depois de sua morte, em 1554, como capitão-mor, até a chegada de seu sobrinho, o segundo donatário. Ajudou, mais tarde, o terceiro donatário ainda no período difícil do início da ocupação de novas terras. Permaneceu o resto de sua vida no Brasil. Na prática, podia se autodenominar um dos conquistadores da terra, o que lhe trazia prestígio no Novo Mundo.²

Faleceu em 1593, deixando dezenas de filhos com índias e com a portuguesa com quem se casou 25 anos depois de chegar ao Brasil, e que veio de Portugal para ser sua

esposa. Foi apelidado de “Adão Pernambucano”, por sua notável contribuição para a elevada frequência do sobrenome Albuquerque no País.³ Ao que parece, contudo, Jerônimo de Albuquerque não recebeu do rei as recompensas pretendidas.⁴

Dos muitos filhos de Jerônimo de Albuquerque, o Jerônimo, filho da índia e neto do morubixaba Arcoverde, foi o que mais se destacou. Nos dois primeiros séculos do Brasil Colônia, ser criado por uma índia tupi podia ser muito vantajoso sob alguns aspectos. Seus hábitos de higiene eram mais adequados para o clima tropical; o idioma mais falado na terra era o tupi; e a alimentação indígena, em geral, mais sadia do que a portuguesa.

Ele combateu índios hostis e franceses invasores, liderando naturais da terra e portugueses. Falava fluentemente o tupi, sua língua de infância, e o português,⁵ compreendendo claramente as duas culturas; era alguém, portanto, capaz de conectar mundos distintos.⁶ “O mameluco Jerônimo de Albuquerque, devidamente perfilhado, filho da *princesinha índia*, como se dizia de Maria Arcoverde, foi daqueles que se aportuguesaram completamente, ao menos nos fatos públicos da vida”.⁷ A experiência inicial, ele obteve acompanhando seu pai nos combates, principalmente contra índios inimigos. Por determinação paterna, casou-se com Felipa de Melo.

Os tupis se organizavam em sociedades guerreiras e havia frequente conflito entre as tribos, acumulando ofensas mútuas ao longo do tempo, que exigiam vinganças. Muitas vezes, também, uma disputa interna fazia

² FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Carlos. *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³ Bento Teixeira, sobre este ponto, assim escreveu: “Deste, como de Tronco florescente,/ Nascerão muitos ramos, que esperança/ Prometerão a todos geralmente/ De nos berços do Sol pregar a lança”. Cf. *Prosopopeia*, estrofe XXXIV, 1601.

⁴ É o que se infere quando são observados estes versos de Teixeira: “Mas, quando virem que do Rei potente/ O pai por seus serviços não alcança/ O galardão devido e glória digna,/ Ficarão nos alpendres da Piscina”. Em seguida, Bento Teixeira culpa a sorte por isso: “Ó sorte tão cruel, como mudável,/ Por que usurpas aos bons o seu direito?/ Escolhes sempre o mais abominável,/ Reprovas e abominas o perfeito,/ O menos digno fazes agradável./ O agradável mais, menos aceito./ Ó frágil, inconstante, quebradiça,/ Roubadora dos bens e da justiça!”. Cf. *Prosopopeia*, estrofes XXXIV e XXXV, 1601.

⁵ Consta que havia pessoas nascidas no Brasil que não dominavam o idioma português, como no caso do bandeirante Domingos Jorge Velho, que destruiu o Quilombo dos Palmares.

⁶ Sobre os mediadores dessa época, consultar: GRENDI Edoardo. *Polanyi. Dall'antropologia alla microanalisi storica*. Milão: Etas Libri, 1978, p. 127-165; LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 187-199, sobretudo p. 196.

⁷ Cf. VAINFAS, Ronaldo (Org.), *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 325

com que uma família se afastasse, às vezes formando, mais tarde, uma nova tribo, quando sobrevivia aos ataques do grupo a que pertenciam originalmente. Os portugueses, ao chegarem ao Brasil em pequenos grupos, precisavam se aliar a uma das tribos, ganhando, como consequência, muitos inimigos. Isso tornou muito difícil o início da colonização, trazendo certo insucesso de quase todas as capitânicas hereditárias. Pernambuco, no entanto, prosperou e o Jerônimo pai exerceu um papel importante para esse sucesso. Jerônimo filho, o “brasileiro”, foi, mais tarde, fundamental para a ocupação portuguesa do Nordeste brasileiro, contribuindo para a unidade futura do Território Nacional.

Nessa época, porém, não existia a consciência de ser brasileiro. Não havia patriotismo, eram vassallos do rei de Portugal. As pessoas estavam defendendo seus interesses, sua cultura e religião e não tinham sentimentos semelhantes aos atuais.

Desde as primeiras décadas do século XVI, os franceses se interessaram pelo Brasil, procurando negociar os produtos da terra com os índios do litoral, que eram principalmente tupis – que, durante sua demorada expansão ao longo da costa, para o sul, haviam expulsado os habitantes indígenas anteriores. O pau-brasil era o produto mais interessante, pois tinha muita demanda para a manufatura de tecidos francesa, por prover corantes em tons de vermelho, muito apreciados na Europa. As diversas expedições que empreenderam permitiram o acúmulo de conhecimentos a respeito do litoral brasileiro, inclusive da região entre o “Mearim e a foz do Amazonas”,⁸ que era praticamente desconhecida pelos portugueses.

Os franceses procuraram se estabelecer no Brasil. Eram empreendimentos de “natureza privada”, algumas vezes por particulares que tinham cartas de curso autorizadas pelo rei da França, mas que contavam com pou-

co ou nenhum auxílio do Governo francês. Encontraram sempre a reação do Governo de Portugal e de forças organizadas espontaneamente por portugueses que habitavam o Brasil, inclusive com o apoio de forças navais e tropas espanholas, no período da União Ibérica (1580-1640).

O estabelecimento francês na Paraíba acabou redundando em fracasso, quando sofreu o ataque de portugueses, apoiados, no final, por uma força naval comandada por um almirante espanhol, Diogo Flores Valdez. Os invasores se retiraram para o Rio Grande do Norte.

Para desalojá-los, o capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, organizou uma expedição, em 1597, e escolheu Jerônimo de Albuquerque, o mameluco, para comandar uma das companhias de infantaria, por suas boas qualidades de líder guerreiro. Jerônimo era capaz de articular interesses portugueses com a cultura dos índios.

Expulsos os franceses e seus aliados indígenas, o Forte dos Reis Magos, que os portugueses ergueram na entrada da foz do Rio Grande, foi entregue a Jerônimo de Albuquerque. Após pacificar os índios locais, Jerônimo fundou, em 1599, na margem direita do rio, um povoado que foi a origem da cidade de Natal. Em 1603, ele foi nomeado capitão-mor do Rio Grande, por seis anos. Ele, de fato, gozava de prestígio na América, não apenas por seus feitos, mas também por ser filho de um conquistador (Jerônimo pai), que ganhou fama em Portugal, onde foi até citado em versos por poeta de sua época.⁹

Estabeleceu, então, uma política de valorização das terras para povoamento e, como dominava a cultura e a língua das tribos indígenas locais, amenizou os conflitos entre potiguares e portugueses, o que possibilitou a ampliação da colonização naquela região. Concedeu a seus filhos, Antônio e Matias de Albuquerque, uma sesmaria onde fundaram o Engenho de Cunhaú, o primeiro engenho do Rio Grande do Norte.¹⁰

⁸ Cf. CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939-1941. 2v., p. 33.

⁹ Os versos, de autoria de Bento Teixeira, enalteciam os feitos de Jerônimo de Albuquerque (o pai) nos seguintes termos: “Aquele branco Cisne venerando, / Que nova fama quer o Céu que merque, / E me está com seus feitos provocando, / Que dele cante e sobre ele alterque; / Aquele que na Idea estou pintando, / Hierônimo sublime d’Albuquerque / Se diz, cuja invenção, cujo artifício / Aos bárbaros dar total exício”. Cf. *Prosopopeia*, estrofe XXXIII, 1601.

¹⁰ COSTA, Gilmar Benevides. “Engenho Cunhaú: lugar de memória e transformação história”. In. *Revista Vivência*, nº 33. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010, p. 160. Ver também o capítulo trigésimo segundo da obra *História do Brasil* do Frei Vicente do Salvador.

Enquanto isso, no ano de 1594, Jacques Riffault comandou uma expedição que rumou para o Maranhão. Já ambientado com a navegação no Norte do Brasil, por ter participado da tentativa francesa de ocupação do Rio Grande do Norte, além de ter traficado a leste do Rio Amazonas, estabelecendo, inclusive, boas relações com as lideranças indígenas, “orientou seus compatriotas para a criação de um estabelecimento duradouro no Maranhão”.¹¹ Riffault associou-se a um gentil-homem de Saint-Maure de Touraine, Charles des Vaux, que explorou a ilha ainda em 1594, retornando anos depois para a França onde divulgou as possibilidades de instalação de uma colônia no Maranhão e destacou as relações pacíficas com os índios, receptivos à evangelização.

Os relatos de Charles des Vaux entusiasmaram o monarca francês Henrique IV, que ordenou a Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière,¹² que acompanhasse uma expedição de reconhecimento do Maranhão.¹³ Ao retornar, La Ravardière encontrou a França nas mãos da Regente Maria de Médice, pois o rei fora assassinado em 14 de maio de 1610.¹⁴ Procurou, então, persuadir a não entusiasmada regente, pelo empreendimento colonial. Argumentou que os franceses mantinham há muitos anos relações amistosas com os tupinambás e que a região constituía “[...] um ponto estratégico à abertura para o mar das Antilhas, permitindo interceptar os navios carregados de metais preciosos em regresso à Espanha”.¹⁵

Para completar os recursos financeiros necessários à nova expedição para o Brasil, La Ravardière buscou auxílio em outras fontes, visto que a regente não se mostrou muito disposta para “[...] empenhar-se tão a fundo quanto seu esposo admitira fazê-

lo, subvencionando a expedição”.¹⁶ La Ravardière conseguiu a adesão de François de Razilly, gentil-homem da Câmara do Rei, cuja família mantinha alianças com a família do futuro Cardeal Richelieu.¹⁷ O projeto ganhou a confiança de uma sociedade de ricos armadores de navios, normandos liderados por Nicolas de Harlay, Senhor de Sancy, Barão de Molle e de Gros-bois.¹⁸ Partiram, então, com três navios de Cancale, na Bretanha, em 19 de março de 1612, chegando ao Brasil em 18 de julho do mesmo ano. O *Régent* era comandado por François de Razilly, e nele se encontravam La Ravardière e des Vaux, além do índio Yacopo, que retornava ao Brasil após ter sido apresentado à rainha; o *La Charlotte* era comandado por Harlay de Sancy; e, por último, o *Saint-Anne*, comandado por Isaac de Razilly, irmão de François de Razilly. A expedição foi acompanhada por um grupo de missionários capuchinhos, entre eles os padres Ivo d`Evreux e Claude D`Abbeville, que mais tarde escreveram sobre o Brasil. Quando chegaram ao Maranhão, lá já se encontravam cerca de 400 franceses, bem como embarcações oriundas do Hâvre e de Dieppe.¹⁹ A primeira iniciativa foi a construção de um forte batizado de São Luís. Havia a intenção de se estabelecerem definitivamente e começaram, em seguida, a construir casas, armazéns e a trabalhar a terra para as plantações. Essa colônia ficou conhecida como a França Equinocial.

Em dezembro de 1612, François de Razilly e o Padre Claude D`Abbeville suspenderam do Maranhão para a França em busca de mais recursos para o processo de colonização. Entretanto, o entusiasmo demonstrado pelos “cortesãos, comanditários e religiosos não é inteiramente compartilhado pela Rainha Maria [...]”.²⁰ Razilly tinha consciência

¹¹ Cf. BONICHON, Philippe; e GUEDES, Max Justo. “A França Equinocial”. In. *História Naval Brasileira*, primeiro volume, tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, p. 528.

¹² La Ravardière era um experiente navegador que, inclusive, participou de explorações na costa da Guiana em 1604.

¹³ DAHER, Andréa. *O Brasil francês: singularidades da França Equinocial, 1612-1615*. Trad. Albert Stückenbruck. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 48.

¹⁴ Luís XIII não havia atingido a maioria quando Henrique IV foi assassinado.

¹⁵ Cf. *Ibidem*, p. 50.

¹⁶ Cf. BONICHON & GUEDES, *op. cit.*, p. 531.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ DAHER, *op. cit.*, p. 52.

¹⁹ *Ibidem*, p. 56.

²⁰ Cf. *Ibidem*, p. 60.

da pressão dos defensores de uma aliança da França com a Espanha e das negociações em curso para o casamento de Luís XIII com a infanta espanhola Ana D'Áustria, que poderiam gerar grandes dificuldades para a manutenção da França Equinocial. De fato, os recursos adquiridos para a segunda expedição, que partiu na Páscoa de 1614, originaram-se principalmente da iniciativa privada e não do apoio prestado pela monarquia.

Desde o ano de 1608 havia por parte do Governador-Geral do Brasil Diogo de Menezes grande preocupação com as atividades francesas no Maranhão. O Rei Felipe III (Felipe II, em Portugal) ordenou que Diogo de Menezes enviasse informações sobre os acontecimentos naquela região. Este despachou Martim Soares Moreno ao Ceará, que combateu um patacho francês que estava aportando em Mucuripe (atual porto do Ceará)²¹ e, mais tarde, em seu retorno àquela região, fundou um presidio (forte) chamado *Nossa Senhora do Amparo*. Em 1613, Felipe III enviou para o Brasil um novo governador, Gaspar de Souza, com ordens para tomar providências contra os franceses do Maranhão. Gaspar de Souza se transferiu para Olinda, onde estaria mais próximo do que se denomina atualmente de "Teatro de Operações".

Rapidamente Gaspar de Souza iniciou ações para combater os franceses no Norte do Brasil, enviando uma expedição para "[...] o reconhecimento do Teatro de Operações e o conhecimento do inimigo".²² Para comandar a expedição, foi designado Jerônimo de Albuquerque, o "experimentado nas cousas do sertão e dos Índios", que se tornou o primeiro nascido no Brasil a comandar uma força naval, em missão tipicamente militar, em 1613, na América portuguesa.²³ Tal expedição foi formada por aproximadamente cem homens e uma flotilha composta de três ou quatro navios.²⁴ Esses navios eram denominados "caravelões", designação genérica de um tipo de navio que era construído na costa do Brasil de então. É possível que fossem se-

melhantes a grandes saveiros, embarcações típicas existentes na Bahia, que ainda são construídos muito artesanalmente, sem desenhos, obedecendo a métodos e unidades de medida, de certa forma semelhantes aos empregados pelos construtores navais portugueses para caravelas, naus e galeões do século XVI e XVII.

Jerônimo de Albuquerque partiu de Recife em junho de 1613, junto com seu filho, Antônio de Albuquerque,²⁵ que comandava uma companhia de 50 homens. Ao passar pelo Ceará, tomou a seu serviço o Capitão Martins Soares Moreno. Fundearam no Rio Camocim, escolhido como base das operações. Albuquerque ordenou que Martim Soares, com 25 homens e sete indígenas, efetuasse reconhecimento na região. Martim Soares efetuou o reconhecimento e destruiu alguns redutos franceses, mas não pôde regressar ao Camocim para apresentar os resultados a Jerônimo de Albuquerque em função das condições adversas de navegação. Dirigiu-se para as Antilhas e depois para a Espanha, chegando a Sevilha em 24 de abril de 1614.

Sem o regresso de Martim Soares Moreno, Albuquerque retirou-se de Camocim, por considerar a aguada ruim e foi para o Buraco de Tartaruga, ou Jericoacoara, fundando uma pequena fortificação, *Nossa Senhora do Rosário*. Em função da escassez de alimentos, retornou para Pernambuco por terra, ordenando que os navios também regressassem para aquela capitania. Manteve o forte guarnecido com 40 soldados comandados por seu sobrinho, Gregório Cardoso de Albuquerque.

Em 25 de maio, chegou a Recife, como seu adjunto, Diogo de Campos Moreno, tio de Martim Soares Moreno, com aproximadamente cem homens, para se unir a Jerônimo de Albuquerque.

Em Olinda, em 22 de junho, Gaspar de Souza entregou a Jerônimo de Albuquerque um regimento²⁶ nomeando-o para "Capitão da Conquista e Descobrimto das terras

²¹ CALMON, op. cit., p. 36.

²² Cf. BONICHON, & GUEDES, op. cit., p. 557.

²³ Cf. "Jornada do Maranhão". In. *História Naval Brasileira*, op. cit., p. 557.

²⁴ BONICHON & GUEDES, op. cit., p. 557, falam de até três navios; contudo, segundo Pedro Calmon, Jerônimo de Albuquerque teve a seu comando quatro navios. Ver CALMON, op. cit., p. 37.

²⁵ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*, op. cit., p. 338.

²⁶ BONICHON & GUEDES, op. cit., p. 560.

do Maranhão (provisão de 29/5/1613)".²⁷ No mesmo dia, Albuquerque partiu por terra até o Rio Grande do Norte para reunir índios flecheiros para "Jornada". Dias depois, foram enviados dois caravelões para aquela capitania, com soldados e mantimentos.²⁸

Em 24 de julho de 1614, chegou ao porto de Recife um navio com uma carta de Martin Soares Moreno que continha informações referentes ao efetivo, às fortificações e à força naval dos franceses. A partir desse momento, os preparativos da "jornada" foram iniciados.²⁹ Com as informações reunidas, Gaspar de Souza conversou com os principais comandantes: Alexandre de Moura, então Capitão-Mor de Pernambuco, Sargento-Mor Campos Moreno e Vicente Campelo, Capitão do Forte de Laje do Recife.³⁰

Ficou decidido que, em face da possível aliança com o principal Meratahopa da Ilha do Maranhão, a força luso-brasileira deveria seguir até o Rio Maranhão e, nele entrando, desembarcar na terra firme, fronteira à aldeia daquele cacique.³¹

Em 21 de agosto, os navios estavam prontos. Sob o comando de Diogo de Campos Moreno, se encontraram com Jerônimo de Albuquerque em 26 de agosto.³² A 5 de setembro, fizeram-se por mar com as forças regulares e mais inúmeros guerreiros indígenas.³³ Antes de chegar ao Ceará, Jerônimo decidiu seguir por terra com os índios, desacomodados a viajar grandes distância pelo mar, até o Forte de *Nossa Senhora do Amparo*, onde novamente se reuniu com Diogo de Campos Moreno, que havia chegado antes. As duas colunas continuaram separadas até a foz do Pará-Mirim, seguindo juntas por mar até o Forte *Nossa Senhora do Rosário*.

Antes de se estabelecerem próximo aos franceses, foi efetuado novo reconhecimento

da região pelo Capitão Belchior Rangel, com alguns homens e o piloto Sebastião Martins, que acompanhou Martin Soares naquela primeira expedição de reconhecimento em 1613. A 26 de outubro de 1614, oito embarcações entraram na Baía de São José, fundeando em Guaxenduba, próximo à foz do Rio Munim. Foi construído um forte denominado *Santa Maria de Guaxenduba*.

Em 19 de novembro, La Ravardière decidiu realizar um ataque ao Forte de *Santa Maria*, com aproximadamente 200 franceses e 1.500 índios.³⁴ Conforme Philippe Bonnichon:

Du Prats e Pézieux, cada qual com um contingente de sessenta homens, desembarcariam sob cobertura de fogo da artilharia dos navios, enquanto La Ravardière, com duzentos homens e muitos indígenas capitaneados por des Vaux, assaltariam os portugueses pela retaguarda. Mas estes foram mais rápidos, atacando de surpresa para bater separadamente as duas forças francesas. A tentativa de desembarque foi rechaçada, os franceses lançados à praia, suas embarcações incendiadas, Pézieux ferido mortalmente, La Touche de Cavannes, irmão de La Ravardière, e outros gentis-homens normandos, Saint-Gilles e d'Ambreville, tomaram com a maior parte dos soldados, marinheiros e colonos, entre eles Bridon, natural de Dieppe, o mestre Vincent Guérard e o Ourives Bellanger, de Rouen.³⁵

La Ravardière, tendo em vista o grande fracasso da iniciativa militar, ofereceu um armistício de um ano a Albuquerque, que foi assinado e remetido a ambas as coroas. Havia já uma grande indisposição da monarquia francesa em relação à França

²⁷ MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. DASP: Serviço de Documentação, 1960, p. 44.

²⁸ BONICHON & GUEDES, op. cit., p. 560.

²⁹ VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1972, p. 137.

³⁰ BONICHON, & GUEDES, op. cit., p. 561.

³¹ Cf. Idem.

³² Idem, p. 562.

³³ MEIRELES, op. cit., p. 45.

³⁴ DAHER, op. cit., p. 71.

³⁵ Cf. BONNICHON & GUEDES, op. cit., p. 539.

Equinocial, logo os reforços para a empresa francesa no Brasil não foram enviados a La Ravardière. A trégua não foi aceita pelo Rei Felipe III, que ordenou nova campanha contra os franceses, cujo comando passou para o então Capitão-Mor de Pernambuco Alexandre de Moura. Durante o período de tréguas, Jerônimo de Albuquerque passou para a Ilha do Maranhão e fundou o Fortim de *São José de Itapari*.³⁶ Os franceses capitularam em novembro de 1615, conforme a descrição da historiadora Andréa Daher:

Em 1º de novembro, antes do término da trégua de um ano, uma armada de nove navios comandados pelo capitão português Alexandre de Moura cerca os franceses na "grande ilha", enquanto as forças comandadas por Jerônimo de Albuquerque se dirigem, no dia seguinte, para o Forte de São Luís, onde La Ravardière acaba rendendo-se sem resistência.³⁷

As vitórias sobre os franceses no Maranhão fizeram com que Jerônimo de Albuquerque fosse reconhecido pelo reino como capitão-mor da conquista daquela capitania.³⁸

Graças às iniciativas de homens como Jerônimo de Albuquerque, a monarquia podia se viabilizar em suas conquistas. Afinal, esses homens, dispersos em intrincadas redes imperiais, eram capazes de movimentar redes que traziam substância à política

ultramarina.³⁹ O rei se representava graças à lealdade desses homens – por isso dependia deles –, que transformavam política em ação governativa. Frequentemente adaptavam as ordens régias às realidades locais, de acordo com os seus interesses e os de suas redes. Por isso, o renomado historiador inglês John Elliott afirmou que a autoridade real era “filtrada, mediada e dispersada”.⁴⁰

Ocupado o Maranhão, Francisco Caldeira Castelo Branco recebeu ordens para se estabelecer na região da foz do Rio Amazonas, fundando o Forte do *Presépio*, de onde se originou a cidade de Belém. Isso completou a ocupação da costa Norte pelos portugueses, sempre projetando o Poder Militar por meio de forças navais.

Jerônimo de Albuquerque obteve o auxílio de índios, antes um obstáculo à presença lusa na região Norte, em favor da coroa. O “brasileiro”, em uma ação pioneira, comandou uma força naval e teve participação relevante na expulsão de invasores franceses. A partir da aplicação do Poder Naval, foi capaz de assegurar aos portugueses o domínio do Norte do futuro Brasil, permitindo que essa área fosse incorporada à atual configuração do Território Brasileiro. O mérito da conquista e da vitória “tão digna de memória” sobre os invasores fez com que Jerônimo de Albuquerque acrescentasse em seu sobrenome “Maranhão”, vinculando sua própria identidade à terra que, “a custa do seu sangue e fazendas”, defendeu.⁴¹

³⁶ VIANNA, op. cit., p. 138.

³⁷ Cf. DAHER, op. cit., p. 73.

³⁸ FRAGOSO, João Luís & GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. In: *Revista Tempo*, nº 27, 2009, p. 62.

³⁹ FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVEIA, M. de Fátima. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império” in *Penélope*, nº 23, 2000, p. 67-88, especialmente p. 81-83. A noção de um Império em rede, acima exposta, obteve suas considerações mais paradigmáticas nos escritos de Luís Filipe Thomaz acerca da estrutura política e administrativa do Estado da Índia, cf. THOMAZ, Luís F. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 210; Cf. “Da Colônia ao Império: um percurso historiográfico”, in SOUZA, L. FURTADO, Júnia & BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 96. A perspectiva recebeu também interessantes considerações em CASALILLA, Bartolome Yun. “Entre el imperio colonial y la monarquía compuesta. Élités y territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII)”, in CASALILLA, Bartolome Yun (dir). *Las Redes del Imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Universidad Pablo de Olavide, 2009, p. 11-94.

⁴⁰ Cf. ELLIOTT, J. H. “A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII” in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial, Vol I*. 2ª Ed. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 283-337, citação na p. 299.

⁴¹ Faleceu aos 70 anos de idade, no ano de 1618, depois de ter ocupado cargos de prestígio na administração local, conforme VAINFAS, op. cit., p. 325; e HELIDACY, Maria Muniz Corrêa. “Antigo regime, império português e governança no Maranhão e Grão-Pará”. *Mneme*: revista de humanidades. Caicó: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 9, nº 24, set/out, 2008, p. 1-16.